



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE FINANÇAS

LETÍCIA DA SILVA FEITOSA

O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI: ANÁLISES DE INDICADORES (2007
A 2015) E DESENHO DE MARCO LÓGICO

FORTALEZA

2018

LETÍCIA DA SILVA FEITOSA

O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI: ANÁLISES DE INDICADORES (2007 A 2015)
E DESENHO DE MARCO LÓGICO

Monografia apresentada ao Curso de Finanças
da Universidade Federal do Ceará como
requisito obrigatório para a obtenção do Título
de Bacharel em Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Diniz Irfi

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F336p Feitosa, Leticia da Silva.
O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI: ANÁLISES DE INDICADORES (2007 A 2015) E DESENHO
DE MARCO LÓGICO / Leticia da Silva Feitosa. – 2018.
56 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Finanças, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi.

1. Programa REUNI. 2. Indicadores. 3. Marco Lógico. I. Título.

CDD 332

LETÍCIA DA SILVA FEITOSA

O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI: ANÁLISES DE INDICADORES (2007 A 2015)
E DESENHO DE MARCO LÓGICO

Monografia apresentada ao Curso de Finanças
da Universidade Federal do Ceará como
requisito obrigatório para a obtenção do Título
de Bacharel em Finanças.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Vitor Borges Monteiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Marília Rodrigues Firmiano
Mestranda em economia (CAEN/UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dá saúde e força para estudar.

Depois meus pais Rogerio e Telma e o meu irmão Erick por sempre me apoiarem.

Ao Prof. Guilherme Irffi pela excelente orientação.

Aos meus colegas de turma, especialmente, Gerson, Roberto, Arley, Júlia e Fabiana pelo apoio nas aulas, trabalhos e fora da universidade.

À coordenação do curso de Finanças, em especial, a secretária Susi Castro, pelo excelente atendimento e preocupação em ajudar.

Aos professores e funcionários que me ajudaram no decorrer desse curso.

E toda minha família e amigos.

RESUMO

O presente documento tem como objetivo analisar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com a finalidade de compreender o modo pelo qual tem se dado o processo expansivo das universidades federais pelo país e a qualidade do ensino e de todos os fatores abrangidos por isto. Para isso foram observados sete indicadores, sendo eles: a taxa de conclusão dos cursos de graduação, o índice de evasão, a razão discente/docente, o índice geral de cursos, o número de docentes com doutorado, o número de patentes e os gastos com as universidades. Ao analisar os indicadores que avaliam as metas do programa, pode-se inferir que a taxa de conclusão dos cursos de graduação não aumentou, o índice de evasão aumentou e a razão discente/docente apresenta valores aquém do esperado. Em relação ao desenho de marco lógico, foram apresentados indicadores de resultados e impactos de curto, médio e longo prazo para uma futura avaliação do REUNI.

Palavras-chaves: Programa REUNI. Indicadores. Marco Lógico.

ABSTRACT

The purpose of this document is to analyze the Program to Support Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI) in order to understand the way in which the federal universities' expansive process has taken place and the quality of teaching and learning all factors covered by this. In order to do so, seven indicators were observed: graduation rate, dropout rate, student / teacher ratio, general course index, number of PhD students, number of patents and expenditures with universities. When analyzing the indicators that evaluate the goals of the program, it can be inferred that the completion rate of the undergraduate courses did not increase, the evasion rate increased and the student / teacher ratio presented values below expectations. Regarding the logical framework design, short, medium and long term results and impacts indicators were presented for a future REUNI evaluation.

Keywords: Program REUNI. Indicators. Logical Framework.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRR	Fundação Universidade Federal de Roraima
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Fundação Universidade do Rio de Janeiro
UFAM	Fundação Universidade do Amazonas
UnB	Fundação Universidade de Brasília
UFMA	Fundação Universidade Federal do Maranhão
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
UFAC	Fundação Universidade Federal do Acre

UFMT	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
UFPeI	Fundação Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
UFSCar	Fundação Universidade Federal de São Carlos
UFS	Fundação Universidade Federal de Sergipe
UFV	Fundação Universidade Federal de Viçosa
UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFCSPA	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFSJ	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
UNIFAP	Fundação Universidade Federal do Amapá
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFOP	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latina Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira
UFESBA	Universidade Federal do Sul Da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UFCA	Universidade Federal do Cariri

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FATOS ESTILIZADOS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	13
3 O PROGRAMA REUNI.....	16
4 A LITERATURA SOBRE A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA	19
5 METODOLOGIA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO REUNI.....	23
5.1 METODOLOGIA PARA ANALISAR O REUNI.....	23
5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO REUNI	24
6 MARCO LÓGICO DO REUNI.....	29
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE 1 – QUADRO COM OS CÓDIGOS E NOMES DAS UNIVERSIDADES E DATA DE ADESÃO AO REUNI.....	39
APÊNDICE 2 –TABELA COM A TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR UNIVERSIDADE, NOS ANOS DE 2001, 2006, 2007, 2010 E 2015. (%)	41
APÊNDICE 3: TABELA DA EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE DOCENTE COM DOUTORADO POR REGIÃO, 2006, 2007, 2010 E 2015.....	43
APÊNDICE 4: TABELA DETALHADA DO CÁLCULO COM CÁLCULO DA TAXA DE EVASÃO POR UNIVERSIDADES, 2006, 2007, 2010 E 2015. (%)	44
ANEXO I: QUADRO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DO TIPO PATENTE DE INVENÇÃO (PI) POR UNIVERSIDADE 1º. DEPOSITANTE	50
ANEXO II: QUADRO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DO TIPO MODELO DE UTILIDADE (MU) POR UNIVERSIDADE 1º. DEPOSITANTE.....	52
ANEXO III: QUADRO DO ÍNDICE IGC, CONTINUO E FAIXA, POR UNIVERSIDADE, NOS ANOS DE 2007, 2010 E 2015.	53
ANEXO IV: QUADRO COM O NÚMERO DE CONCLUINTES E MATRICULADOS POR MACRORREGIÃO, 2006, 2007, 2010 E 2015.....	55
ANEXO V: TABELA COM PREVISÃO DE ACRÉSCIMO ORÇAMENTÁRIO DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2012.....	56

1 INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, tem como uma de suas metas expandir, até o final da década, a oferta de educação superior para, no mínimo, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. Para isto foram criados programas que auxiliaram os alunos a ingressarem no ensino superior, entre eles destacam-se: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de 12 de julho de 2001, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 13 de janeiro de 2005, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 24 de abril de 2007.

Lima (2013) e Borges e Aquino (2012) argumentam que o REUNI expandiu o número de vagas, de matrículas e de cursos nas universidades, contudo essa expansão não foi acompanhada com qualidade do ensino, ou seja, as universidades tinham mais alunos, mas não tinham profissionais qualificados para ensinar esses novos alunos.

Para avaliar esse argumento a presente monografia utiliza seis indicadores para medir as metas e a qualidade do ensino, a saber: taxa de conclusão dos cursos de graduação, índice de evasão, razão discente/docente, índice geral de cursos, número de docentes com doutorado e o número de patentes. Além disso, foi desenvolvida uma análise dos gastos do governo durante o período pré-programa e pós-programa. E, ainda, o presente documento tem como objetivo analisar o REUNI a partir da descrição do Marco Lógico.

O documento está dividido 8 seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção se reserva a apresentar fatos estilizados do ensino superior no Brasil anterior ao REUNI. A terceira seção apresenta o Programa REUNI e, em seguida, uma breve revisão da literatura sobre a expansão universitária no Brasil. A quinta seção discute a metodologia, seguida pela análise de dados e o marco lógico. E, por fim, são tecidas as considerações finais.

2 FATOS ESTILIZADOS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Segundo os dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC), em 2001, o Brasil contava com 39 universidades federais. Desse total, 27 em capitais e no Distrito Federal, com exceção de Sergipe que, até então, só tinha universidade federal no interior. Os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Sergipe tinham doze (12) universidades no interior.

Nesse período começava a se discutir a expansão do ensino superior público e sobre a interiorização das universidades federais no Brasil. Com o advento da PNE, até o ano de 2006, um ano antes da criação do REUNI, alcançou-se o número de 53 universidades federais pelo Brasil, das quais 30 estão situadas em capitais e 23 no interior (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Bahia). O que evidencia um aumento na quantidade de universidades federais, sobretudo nas que se localizavam no interior, a taxa de crescimento do número de universidades foi de 36%, sendo que deste total 8% se concentravam nas capitais e 28% no interior.

Dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC) mostram que ao longo do período entre 2001 a 2006, conforme Tabela 1, a taxa de crescimento de vagas oferecidas foi de 19,18%, a taxa de crescimento de concluintes foi de 42,85%. O número de cursos também aumentou nesse período, exibindo uma taxa de crescimento de 27,01%. Outro dado relevante é o número de docentes com doutorado, cujo aumento foi de 50,42%. O número de matrículas aumentou em 17,85%.

Tabela 1 – Número de vagas oferecidas, concluintes, cursos, docentes com doutorado e matrículas, nos anos de 2001 e 2006, e a taxa de crescimento desses dados nesse período.

Indicadores	2001	2006	Taxa de crescimento (%)
Vagas oferecidas	110.928	132.203	19,18
Concluintes	56.070	80.095	42,85
Cursos	1.940	2.464	27,01
Docentes com doutorado	17.447	26.243	50,42
Matrículas	471.989	556.231	17,85

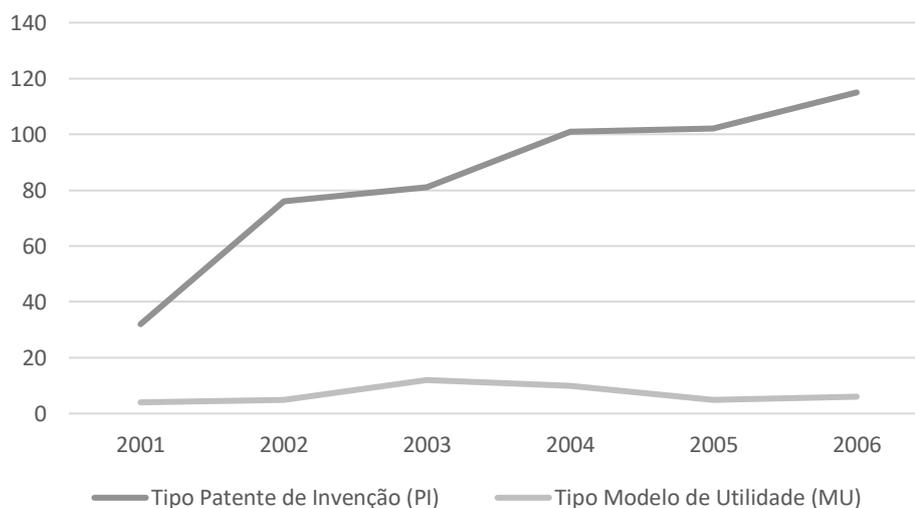
Fonte: Elaborada pela autora com base no Censo do Ensino Superior (Inep/MEC)

O próximo indicador analisado é o número de patentes que as universidades possuem, sendo utilizado com a finalidade de avaliar o nível de pesquisa nas universidades. Contudo, cabe ressaltar do que se trata o termo patente. O termo refere-se a um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação (INPI). Existem dois tipos de patentes: Patente de Invenção (PI) e Modelo de

Utilidade (MU)¹. A PI é outorgada para a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. A MU é outorgada para o objeto de uso prático apresentando nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

Os dois tipos de patentes são usadas nas universidades federais, sendo a PI utilizada por 52² universidades. Contudo no período analisado (ano de 2001 até o ano de 2006) apenas 25³ universidades tiveram patentes de invenção. A MU é empregada por apenas 37⁴ universidades, contudo no período analisado (ano de 2001 até o ano de 2006) apenas 12⁵ universidades tiveram patentes de modelo de utilidade. Como a PI é usada por mais universidade e também tem mais publicações anuais, ela terá um foco maior. Como se observa no gráfico 1 a patente de invenção obteve um crescimento de 259% durante o período de 5 anos (2001-2006). A patente de modelo de utilidade teve um crescimento de 50% no mesmo período.

Gráfico 1 – Crescimento na quantidade de patentes de invenção e de modelo de utilidade, no período de 2001 a 2006.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do INPI.

¹No apêndice encontra-se duas tabelas com todas as universidades que tiveram alguma das duas patentes e quantas patentes tiveram nos anos em questão, o período de tempo nessas tabelas é de 2000 a 2016.

² UNIVASF, UFAL, UFBA, UFC, UFES, UFG, UFF, UFJF, UFMG, UFPA, UFPB, UFPR, UFPE, UFRN, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSM, UFRPE, UFRRJ, UFT, UFCG, UFRA, UFTM, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UNIFESP, UFLA, UFERSA, UNIPAMPA, UFAM, UNB, UFMA, FURG, UFU, UFMT, UFOP, UFPEL, UFPI, UFSCAR, UFS, UFV, UFMS, UFCSPA, UFSJ, UNIFAP, UFGD, UFRB, UFABC, UFOPA e UNIFESSPA.

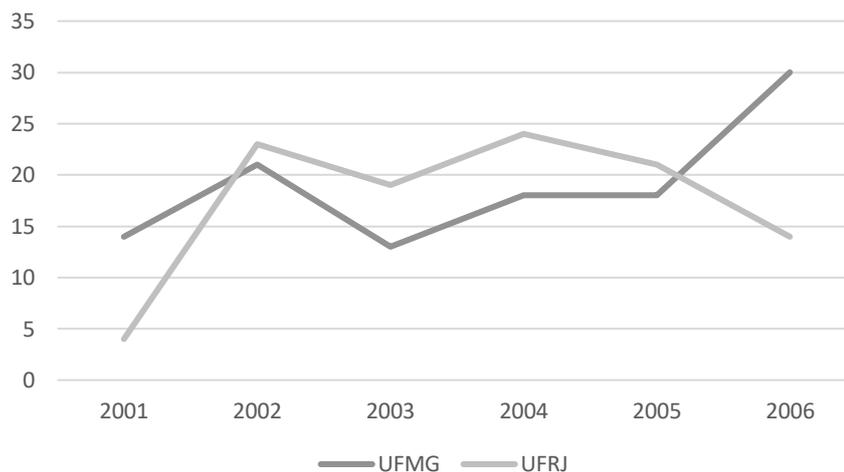
³ UFBA, UFC, UFF, UFJF, UFMG, UFPA, UFPR, UFPE, UFRN, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSM, UFRPE, UNIFESP, UFLA, UFAM, UNB, UFMA, FURG, UFU, UFMT, UFOP, UFPEL, UFPI, UFSCAR, UFS, UFV e UFMS.

⁴ UNIVASF, UFAL, UFBA, UFG, UFF, UFJF, UFMG, UFPA, UFPB, UFPR, UFPE, UFRN, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSM, UFRPE, UFT, UFCG, UFTM, UNIFEI, UNIFESP, UFLA, UFAM, UNB, FURG, UFU, UFMT, UFOP, UFPI, UFSCAR, UFS, UFV, UFMS, UFSJ, UFGD e UFABC.

⁵ UFBA, UFMG, UFPA, UFPR, UFPE, UFRGS, UFRJ, UNIFESP, UNB, UFOP, UFV e UFMS.

Sobre as patentes de invenção tem-se duas universidades que merecem destaque. São elas: a UFMG que durante o período de 5 anos (2001 – 2006) teve 114 patentes de invenção e a UFRJ que teve 105 patentes nesse mesmo período. As duas representam 43, 20% do total de patentes de invenção desse período. No gráfico 2 tem-se o crescimento na quantidade de patentes dessas duas universidades nesse período.

Gráfico 2 – Patentes de invenção as duas universidades (UFMG e UFRJ) que tem um peso maior no total de patentes, durante o ano de 2001 a 2006.



Fonte: Elaborado pela autora com dados do INPI.

Seguindo a sequência de análise, verificam-se os gastos federais com as universidades federais, dispostos na Tabela 2, que apresenta a para os anos de 2001 e 2006 o gasto total em exercício e o gasto com pessoal, bem como suas respectivas taxas de crescimento. O gasto total em exercício cresceu a uma taxa real de 31,18%, enquanto que o gasto com pessoal obteve um crescimento de 31,78%, ressaltando que o gasto total em exercício inclui todo o gasto das universidades que existiam no ano em análise, assim como o gasto com pessoal.

Tabela 2 – Gastos totais e gastos com pessoal das universidades federais nos anos de 2001 e 2006, valores deflacionados para o ano de 2015, usando o deflator IPCA, e taxa de crescimento desse período. (Em milhões de reais)

	2001	2006	Taxa de crescimento (%)
Gastos Totais	R\$19.055,14	R\$24.996,76	31,18
Gastos com Pessoal	R\$16.272,39	R\$21.443,02	31,78

Fonte: Elaborado pela autora com base no Orçamento do MEC.

3 O PROGRAMA REUNI

O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE). O programa visa propiciar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007).

O programa tem como metas globais o aumento na taxa de conclusão média para 90% nos cursos de graduação presenciais e relação de 18 alunos de graduação por professor em cursos presenciais. Estas metas são graduais e com um tempo de concretização após cinco anos a contar do início de cada plano.

Além dessas metas, o decreto estabelece diretrizes as quais todas as universidades necessitam se submeter, tais diretrizes estão descritas no Artº 2º do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007:

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

- I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e,
- VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Ressalte-se que o REUNI não exige um modelo único para graduação, por considerar as particularidades de cada instituição de ensino. Logo, ele surge como uma ferramenta que visa auxiliar o desenvolvimento das universidades.

Para aderir ao REUNI cada universidade teria que fazer um projeto⁶ a ser avaliado pelo Ministério de Educação (MEC) e que, no caso de aceite, seria financiado pelo Governo Federal. A universidade que participasse do programa se comprometeria a alcançar as metas globais estabelecidas pelo decreto⁷.

⁶ O modelo do projeto encontra-se no documento Diretrizes Gerais do REUNI.

⁷ É relevante observar que todas as universidades federais aderiram ao programa e a data de adesão de cada uma se encontra no apêndice 1.

O total de investimento projetado para o programa REUNI foi da ordem de R\$ 2 bilhões, para o período de 2008 a 2011. O valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentará gradativamente, no período de cinco anos, até atingir, ao final, o montante correspondente a 20% do previsto para 2007. (Diretrizes do Reuni)⁸. A forma de monitoramento seria através da Plataforma Integrada para Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (PingIFES), cujo objetivo é de coletar informações sobre a vida acadêmica das IFES.

Para auxiliar as universidades que desejavam aderir ao programa foi criado um documento chamado Diretrizes Gerais do REUNI, de agosto de 2007, em cumprimento ao §2º, do art. 1º, do Decreto nº 6.096/2007. O documento descreve o REUNI, apresentando a meta global e os indicadores que o programa utilizará para avaliar se as universidades estão se adaptando as orientações e metas propostas.

Os indicadores propostos para avaliar o REUNI, de acordo com as Diretrizes Gerais (Brasil, 2007, p.14) são: Taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG) e Relação de Alunos de Graduação Presencial por Professor (RAP). Ambos são meios para calcular se as metas globais estão sendo alcançadas.

A Taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG) fica fixada como sendo a relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING₅) cinco anos antes.

$$TCG = \frac{DIP}{ING_5} \quad (1)$$

A Relação de Alunos de Graduação por Professor (RAP), equivale a relação da matrícula projetada em cursos de graduação presenciais e a medida ajustada do corpo docente.

$$RAP = \frac{MAT}{DDE-DPG} \quad (2)$$

A Matrícula Projetada em cursos de graduação presenciais (MAT) apresenta uma estimativa do número de alunos matriculados nas universidades, com base no número de vagas de ingressos anuais dos cursos de graduação presencial, na duração padrão do curso e no fator de retenção estimado para cada área do conhecimento. Nota-se que esse valor não corresponde necessariamente ao número de alunos que estão matriculados nas disciplinas ofertadas pelas instituições em um determinado período letivo.

⁸ Em anexo encontra-se uma tabela coletada das Diretrizes Gerais do REUNI com a evolução dos gastos de forma programada.

$$MAT = \sum \text{vagas de ingressos anuais} \times \text{duração nominal} \times (1 + \text{fator de retenção}) \quad (3)$$

As vagas de ingressos anuais são equivalentes as vagas oferecidas anualmente nos processos seletivos para ingressos iniciais nos cursos de graduação, excluindo do cômputo as vagas ociosas.

O fator de retenção das áreas de conhecimento corresponde aos valores utilizados no cálculo do aluno equivalente pelo MEC e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

No cálculo do corpo docente, utiliza-se como base o número de docentes com equivalência ao regime de dedicação exclusiva, ajustado em decorrência das deduções dos programas de pós-graduação.

O total de Docentes com Equivalência de Dedicção Exclusiva (DDE) corresponde ao número de professores equivalentes em regime de dedicação exclusiva, $DE = 1,55$, tomando-se por referência o banco de professores equivalentes da instituição (Portaria interministerial N° 224, de 23 de julho de 2007).

$$DDE = \frac{\text{Total de professores equivalentes}}{1,55} \quad (4)$$

Segundo Weska (2012), a dedução por integração da pós-graduação (DPG) adota o quantitativo de alunos de mestrado e doutorado das universidades considerando o fator de avaliação (FAV) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o número de docentes contratados sob o regime de dedicação exclusiva (DE). Cabe salientar que as universidades que possuem a pós-graduação com melhores conceitos recebem um bônus de no mínimo 5% no cálculo da RAP, enquanto as outras terão como limite 5%.

A taxa de conclusão média dos cursos de graduação e a relação de alunos de graduação por professor em cursos presenciais constituem os dois indicadores de desempenho do Decreto n° 6.096/2007.

4 A LITERATURA SOBRE A EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

A expansão universitária decorria desde o ano de 1995, sendo fomentada pelo advento do REUNI. A presente seção se destina a descrever como se desencadeou todo este processo expansivo com a revisão de artigos que tratam do tema, partindo de uma análise geral para a mais específica no assunto.

Mancebo, Vale e Martins (2015) expõem quatro eixos de expansão do ensino superior que ocorreram entre os anos de 1995 e 2010. Esses eixos são: o processo de privatização, a expansão promovida pelo governo federal, em particular pelo REUNI, a expansão do ensino a distância e, por último, o crescimento da pós-graduação. A partir desses eixos os autores concluíram que houve um crescimento no número de vagas, matrículas e cursos. Contudo, ocorreu uma intensificação do trabalho docente e rebaixamento dos cursos. Segundo os autores o ensino superior se tornou mais um mercado do que uma forma de qualificação profissional.

Lima (2013) tem por objetivo saber até que ponto as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre elas a criação do REUNI, contribuíram efetivamente para finalidade que estavam destinadas. Ele conclui que houve um crescimento no número de matrículas nas universidades federais, mas o custo foi salas superlotadas e alocação de recursos insuficientes para a continuidade de expansão. Além disso, como as universidades públicas não conseguem atender toda a demanda por ensino superior foram necessários programas que auxiliam os alunos a entrarem em universidades particulares.

Borges e Aquino (2012) fizeram uma revisão de literatura sobre as políticas de educação superior depois dos anos 1990, em especial, o REUNI. A revisão é dividida em 5 partes, sendo a primeira seção uma discussão sobre as políticas neoliberais e a educação superior, a segunda apresentando as controvérsias do financiamento da educação superior após a década de 1990, a terceira trata da educação superior e a legislação após 1990, a quarta sobre o processo de Bolonha como modelo para a educação superior brasileira e por último REUNI e a expansão de vagas na universidade. Os autores afirmaram que houve um aumento no número de vagas, mas que com isso ocorre uma desqualificação do ensino. Os mesmos também afirmam que para ter uma democratização do acesso é necessário que os cursos sejam bem qualificados, estruturados e inovadores, além dos professores precisarem ter uma boa qualificação, sendo necessário também um incentivo a pesquisa.

Vinhais (2013) estima os efeitos de curto prazo da expansão universitária. Os resultados do autor indicam um efeito positivo de 3,3% sobre a renda domiciliar per capita

municipal e que os municípios menores apresentam maior efeito de tratamento, com valor de 5,2% sobre a renda.

Barbosa (2015) avalia os impactos de novos campi universitários federais sobre a produção e a renda dos municípios no interior do Brasil. Conclui-se que a política de expansão das universidades federais foi capaz de elevar o PIB per capita e a renda per capita, principalmente em municípios com população e economias maiores, e que municípios menores tiveram um impacto mais pontual sobre a demanda.

Casqueiro (2017) analisa qual foi o efeito da política de expansão das universidades federais sobre os municípios, utilizando indicadores econômicos, sociais e de mercado de trabalho. Além disso, o autor também busca identificar os fatores que influenciaram os municípios a serem contemplados com um campus da universidade. Conclui-se que a seleção dos municípios que receberam os campi foi influenciada pela população superior a 50 mil habitantes, pela relevância no PIB e pela existência de campus universitário particular. Quanto à relação dos efeitos da expansão sobre os indicadores, observa-se que a criação de novos campi reduz o percentual de pobres nos municípios, em média, em 1,5 p.p. De fato, há evidência (fraca) de que a política aumenta a renda per capita, o percentual de ocupados com nível superior e com nível médio.

Souza, Filippo e Casado (2015) investigam o impacto do REUNI na atividade investigativa das universidades federais em três dimensões: crescimento, qualidade e internacionalização. Os autores têm por finalidade estabelecer uma relação entre os resultados do programa e as publicações científicas na Web of Science. Denota-se que na dimensão crescimento houve um aumento no número de professores, especialmente os titulados doutores, havendo também um aumento no número de trabalhos acadêmicos publicados. Na dimensão qualidade, houve um aumento na quantidade de docentes com doutorado seguido de uma redução gradual dos docentes somente graduados, especialistas e mestres. Além disso, a qualidade nas publicações se elevou e, por fim, na dimensão internacionalização foi possível comprovar que a produção científica em colaboração internacional também cresceu significativamente na última década, tanto em volume de documentos, quanto em número de países parceiros.

Diante de uma análise mais genérica dos impactos do REUNI cuja avaliação remetia a um panorama geral das universidades, pretende-se a partir de então a examinar o programa de maneira mais específica. Weska (2012) faz uma avaliação do programa REUNI na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), cujo objetivo foi verificar a melhoria do ensino de graduação por meio dos dois indicadores que o programa propõe. Ademais, como

forma de comparação foram selecionadas 5⁹ outras universidades. O resultado apresenta que nas universidades avaliadas houve um aumento no número de alunos, de cursos de graduação e de pós-graduação, aumento de servidores docentes e técnico administrativos, além de melhorias na infraestrutura física e de equipamentos, porém a meta do PNE 2001-2010, de ter aproximadamente, 30% da população entre 18 e 24 anos no Ensino Superior, não foi alcançada.

Com os dados do REUNI, Prestes et al (2012) averigua se a expansão universitária democratizou o acesso ao ensino superior, usando como exemplo a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Observa-se que está acontecendo um processo expansivo na UFPB, como aumento na quantidade de cursos, de vagas e matrículas, apesar das metas propostas pelo programa não terem sido alcançadas e da taxa de evasão ainda estar em torno 10%.

Araújo e Santos (2014) investigam a opinião dos gestores, da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), acerca do impacto do REUNI na cidade e em suas vidas. Conclui-se que o programa expandiu a universidade, o que representou uma transição de pequena instituição para uma universidade de grande porte. Ademais, o programa proporcionou maior oportunidade de acesso, tornando a universidade mais democrática. Contudo esse crescimento acelerado foi acompanhando de uma preocupação com a qualidade do ensino, por parte dos gestores.

Gregório et al (2012) busca verificar como as reconfigurações das universidades federais no País tem sido processada de forma compartilhada entre o governo federal, reitores e setores importantes destas instituições. Para exemplificar essa reconfiguração usa-se documentos da Universidade Federal Fluminense (UFF). Os mesmos mostram que políticas pedagógicas já estavam sendo implementada antes do REUNI, logo as diretrizes do programa refletem e legitimam ações que já estavam em curso na universidade.

Silva (2014) analisa, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a política de expansão no ensino superior, expressa no REUNI. O autor concluiu que houve um aumento na oferta de vagas, de matrículas e de cursos, contudo o quadro pessoal docente não cresceu na mesma proporção, ou seja, o Reuni intensificou e deixou precário o trabalho docente nas universidades federais. Além disto, ele não democratizou o acesso ao ensino superior.

⁹Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Sousa et al (2011) explora a reforma do ensino superior nos anos 2000, no contexto do REUNI e suas consequências no âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que aderiu ao programa em 2007. Conclui-se que a ampliação do ensino superior está ocorrendo de forma precária, sendo focado somente no ensino, o que acaba reduzindo os recursos voltados para pesquisa e extensão.

5 METODOLOGIA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO REUNI

5.1 Metodologia para analisar o REUNI

Os dados sobre as instituições de ensino superior foram coletados do Censo do Ensino Superior (Portal do MEC), os dados sobre os gastos das instituições foram coletados do Detalhamento das Ações do Ministério da Educação (Portal do Orçamento Federal), dados sobre patentes foram coletados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e os dados sobre Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição foram coletados dos indicadores de qualidade (Portal do MEC).

Dentre os indicadores utilizados para compor a análise deste trabalho, destacam-se nesta primeira etapa o índice de evasão, a razão discente/docente e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição, além dos já estabelecidos pelo REUNI, somando-se a outros dois necessários para completar esta investigação.

Para medir a evasão, Silva Filho et al (2007) sugerem um cálculo básico para usar os dados agregados do Inep e segundo os mesmos esse cálculo é mais exato do que o utilizado em alguns trabalhos internacionais. A fórmula estima a perda de alunos de um ano para outro: a evasão anual.

$$E(n) = 1 - \left[\frac{M(n)-I(n)}{M(n-1)-C(n-1)} \right] \quad (5)$$

Onde E é evasão, M é número de matriculados, C é o número de concluintes, I é o número de ingressantes, n é o ano em estudo e (n-1) é o ano anterior.

A razão discente/docente é igual ao quociente entre o número de matrículas presenciais (Mp) e os docentes em exercício (De).

$$\text{razão} \frac{\text{discente}}{\text{docente}} = \frac{Mp}{De} \quad (6)$$

Segundo o MEC, O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)¹⁰ é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos:

- a) Média dos Conceitos Preliminares de Cursos (CPCs) do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

¹⁰ A credibilidade deste indicador pode não ser o melhor em função da sua vulnerabilidade quanto à superestimação. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/avaliacao-federal-infla-qualidade-de-curso-superior-diz-tribunal.shtml>

- b) Média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes;
- c) Distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.

5.2 Análise e discussão dos resultados do REUNI

Conforme já exposto ao longo do trabalho, o REUNI possui indicadores que avaliam se as metas do programa estão sendo alcançadas, contudo o presente documento usa apenas o primeiro indicador e como forma de completar a análise são empregados outros indicadores.

O primeiro indicador calculado foi a TCG, proposto pelo REUNI, numa perspectiva comparativa entre os anos de 2007, 2010 e 2015. Nota-se que entre o ano da criação do programa (2007) e o segundo período analisado (2010) os resultados oscilaram de forma heterogênea. Contudo, observa-se um decréscimo percentual entre os anos de 2007 e 2015 para todas as regiões do país, com destaque para o Sul, com queda percentual de 39,43%, seguida do Centro-Oeste com 38,04%, característica essa observada também no ano de 2010 nas respectivas regiões.

Tabela 3 - Taxa de conclusão dos cursos de graduação por região, dos anos de 2007, 2010 e 2015. (%)

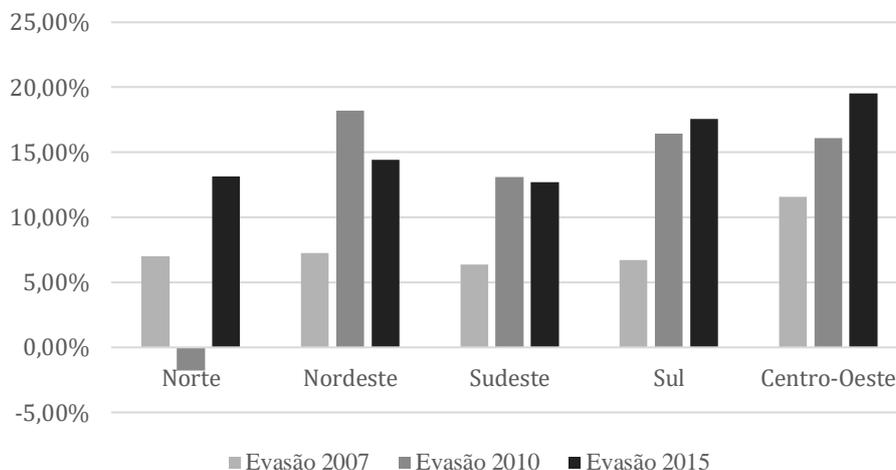
Região	2007	2010	2015
Norte	73,57	87,98	57,81
Nordeste	64,93	72,68	46,82
Sudeste	79,36	90,02	51,60
Sul	81,69	77,77	49,48
Centro-oeste	79,53	76,48	49,28

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

O segundo índice utilizado é o índice de evasão, pois o Art ° 2 do REUNI pretende diminuir esse indicador. O mesmo foi calculado para os anos de 2007, 2010 e 2015 como representado no gráfico 3. Quando analisada a região Centro-Oeste, nota-se que nela há maior evasão no ano de 2007, assim como em 2015 com resultados de igual comportamento. A região Sul também se destaca pelo alto nível de evasão, ressaltando-se que todas as regiões tiveram aumento deste índice do ano de criação do programa (2007) até o último ano analisado (2015). As regiões Nordeste e Sudeste sofreram aumento no período de 2007 a 2010 e diminuíram no ano de 2015, enquanto que a região Norte diminuiu consideravelmente entre

2007 e 2010, alcançando percentuais negativos, mas que no ano de 2015 voltou a ficar positiva em 13,14%.

Gráfico 3 – Taxa de evasão anual por região, nos anos de 2007, 2010 e 2015.¹¹



Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

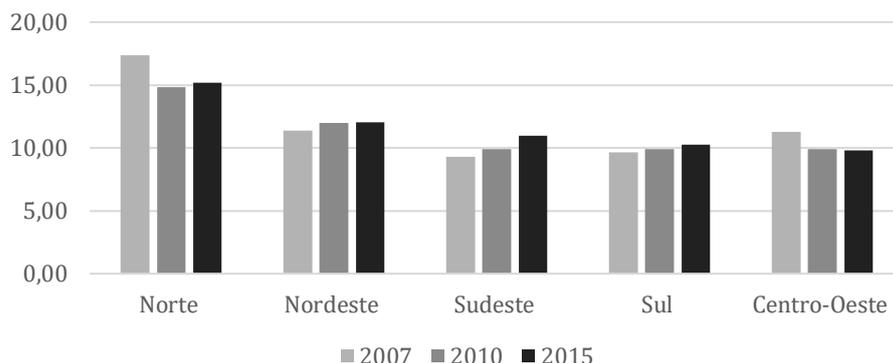
A partir do gráfico 3, com relação ao ano de 2010, nota-se que o índice de evasão foi negativo na região Norte em consequência de 3 de um total de 10 universidades instaladas na região terem alcançado índice negativo, além de uma ter zerado o índice, refletindo no valor negativo da respectiva região.

O próximo indicador é a razão discente/docente. A recomendação do REUNI é que essa relação seja de 18 alunos por professor, sendo relevante frisar a informação de que esse número é recomendado tanto com base no melhor ensino quanto com base no custo de um aluno universitário.

O gráfico 4 mostra exatamente essa relação, como é possível observar que a região Norte é a região que se encontra mais perto desse valor, onde a relação no ano de 2007 era de 17,38 sofrendo uma queda percentual, chegando em 2015 com o valor de 15,20. Na região Centro-Oeste essa relação também diminuiu passando de 11,29 em 2007 para 9,82 em 2015. Nas demais regiões a relação aumentou relativamente, com o Nordeste passando de 11,40 para 12,02 na comparação entre 2007 e 2015. A região Sudeste apresentou um aumento, saindo dos seus 9,28 em 2007 para 10,96 em 2015 e, por fim, na região Sul era de 9,66 em 2007 e passou para 10,27 em 2015. Observa-se que a região Norte é a mais propensa a alcançar do número ideal de alunos por docentes em exercício, enquanto que nas outras regiões os valores embora tenham sofrido elevações, enquadram-se dentro do estipulado pelo modelo.

¹¹A Universidade Federal Fluminense calcula da mesma forma. <http://www.uff.br/?q=evasao-e-conclusao>

Gráfico 4 – Evolução da razão discentes/docentes por região, nos anos de 2007, 2010 e 2015.



Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

O quarto índice utilizado foi o IGC que se encontra na tabela 5, vale salientar que o mesmo é um índice de qualidade, logo quanto maior o valor do índice, maior é a qualidade da universidade segundo o MEC. Nota-se que o índice aumentou em todas as regiões de 2007 para 2015, com destaque para região Nordeste que teve o maior aumento (11,77%), mudando de classificação de faixa, passando de 3 para 4. A região Centro-Oeste teve um aumento de 2,55%, acompanhado da região Norte com um aumento de 2,15%, enquanto que as regiões Sudeste e Sul tiveram um aumento de 1,47% e 1,09%, respectivamente.

Tabela 5 – Índice IGC, contínuo e faixa, por região, nos anos de 2007, 2010 e 2015.

Região	2007		2010		2015	
	IGC - Contínuo	IGC - Faixas	IGC - Contínuo	IGC - Faixas	IGC - Contínuo	IGC - Faixas
Norte	2,56	3	2,61	3	2,62	3
Nordeste ¹²	2,89	3	3,17	4	3,23	4
Sudeste	3,64	4	3,79	4	3,69	4
Sul	3,54	4	3,68	4	3,58	4
Centro-oeste	3,28	4	3,42	4	3,36	4

Fonte: IGC (MEC)¹³

O próximo indicador é o número de professores com doutorado. Com a finalidade de melhorar a educação como um todo se faz necessário ter professores mais qualificados na educação superior. Um meio de mensuração dessa melhora nas universidades é analisar a formação dos professores, verificando o censo do ensino superior/MEC, no qual é possível observar que de 2007 a 2015 o número de professores com doutorado se elevou, logo se espera que através desse crescimento os alunos tenham professores mais qualificados para ensiná-los e, conseqüentemente, tornem-se profissionais mais preparados.

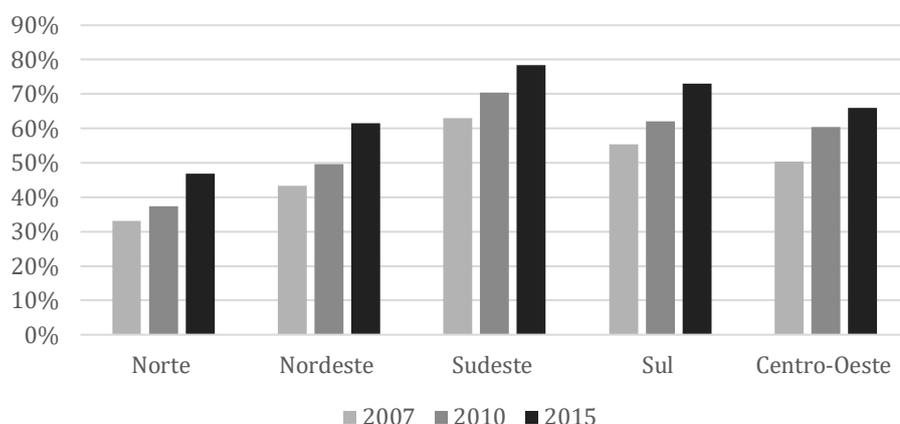
Observa-se no gráfico 5 que em todas as regiões o percentual de docente com doutorado se elevou. As duas regiões com maior crescimento percentual são Norte e Nordeste, com 41,73% e 41,57%, respectivamente. O Sudeste obteve menor taxa de

¹² Não tem a UFESBA.

¹³ O MEC disponibiliza por instituição, para deixar por região a autora somou os valores do IGC das instituições por região e dividiu pelo número de instituições.

crescimento, com 24,51%, apesar de se caracterizar como a região com maior número absoluto de doutores.

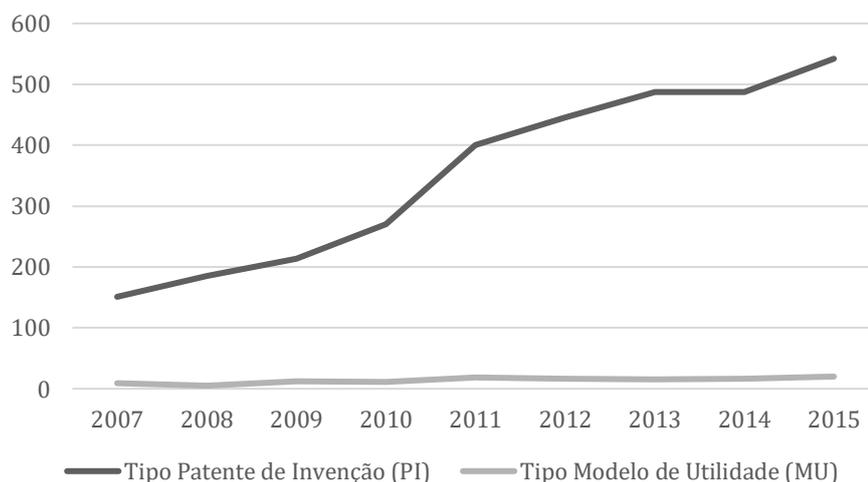
Gráfico 5 - Evolução do percentual de docente com doutorado por região, nos anos de 2007, 2010 e 2015.



Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

Outro indicador relevante já citado é o número de patentes, como é possível visualizar no gráfico 6. Durante o período de 2007 a 2015, a patente de invenção teve uma taxa de crescimento de 259%, enquanto que a patente de modelo de utilidade teve uma taxa de crescimento de 122%, ambos em nível nacional. Ressalta-se que a patente de invenção engloba 51¹⁴ universidades no período de 2007 a 2015 e a patente de modelo de utilidade engloba 33¹⁵ universidades no mesmo período.

Gráfico 6 – Crescimento na quantidade de patentes de invenção e de modelo de utilidade, no período de 2007 a 2015.



Fonte: Elaborado pela autora com base no INPI.

¹⁴ UNIVASF, UFAL, UFBA, UFC, UFES, UFG, UFF, UFJF, UFMG, UFPA, UFPB, UFPR, UFPE, UFRN, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSP, UFRPE, UFRRJ, UFT, UFCG, UFRA, UFTM, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UNIFESP, UFLA, UFERSA, UNIPAMPA, UFAM, UNB, UFMA, FURG, UFU, UFMT, UFOP, UFPEL, UFPI, UFSCAR, UFS, UFV, UFMS, UFCSPA, UFSJ, UFGD, UFRB, UFABC, UFOPA e UNIFESSPA.

¹⁵ UNIVASF, UFAL, UFBA, UFG, UFF, UFJF, UFMG, UFPA, UFPB, UFPR, UFPE, UFRN, UFRGS, UFRJ, UFSC, UFSP, UFRPE, UFT, UFCG, UFTM, UNIFEI, UNIFESP, UFLA, UFAM, UNB, FURG, UFU, UFMT, UFOP, UFPI, UFSCAR, UFS, UFV, UFMS, UFS, UFGD e UFABC.

Na tabela 6, encontra-se o crescimento da patente de invenção por região, na qual é possível observar um alto crescimento em todas elas quanto ao número de patentes. Ademais, a região Nordeste se destaca pelo maior crescimento entre o ano de 2007 e 2015, com uma taxa de crescimento de 2643%, passando de 7 patentes em 2007 para 192 patentes em 2015, contudo a região Sudeste tem um peso maior no total de patentes neste período (2007-2015). Das 3181 patentes de invenção, 1226 patentes são do Sudeste, ou seja, 38,54% do total, em seguida vêm as regiões Nordeste e Sul, ambas com 25,38%. As regiões Centro-Oeste e Norte contam com poucas publicações, representando 6,48% e 3,62%, respectivamente.

Tabela 6 - Depósitos de Patentes do Tipo Patente de Invenção (PI) por Região 1o. Depositante, período de 2007 a 2015.

Região	Ano								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	5	9	3	8	23	14	11	18	24
Nordeste	7	16	54	50	107	98	134	159	192
Sudeste	100	109	102	145	148	154	184	140	144
Sul	34	41	48	56	97	139	126	130	146
Centro-oeste	5	10	7	11	25	40	32	40	36

Fonte: Elaborada pela autora com base no INPI.

Diante deste cenário, faz-se relevante analisar o gasto empregado nesse período (2007-2015). Na tabela 7, encontra-se a taxa de crescimento do gasto em 3 períodos diferentes, de 2007 para 2010, de 2010 para 2015 e, por último, de 2007 para 2015. Assim, dividiu-se a mesma entre gasto geral e gasto com pessoal, sendo esta uma subcategoria de gasto geral.

De 2007 para 2010 foi o período em que o gasto geral mais cresceu em todas as regiões, a exemplo do Norte brasileiro que alcançou o maior crescimento nas duas categorias de gasto. Contudo, no paralelo entre 2010 e 2015 a mesma região cresceu a taxas decrescentes, com valores representando aproximadamente a metade do período anterior, com menor valor percentual (43,32%) se comparado com as outras regiões, nas quais o percentual de decréscimo foi de aproximadamente 70% com relação ao gasto geral.

Tabela 7 – Taxa de crescimento dos gastos gerais e com pessoal por região, dos períodos de 2007 - 2010, 2010 - 2015 e 2007 - 2015, deflacionados para o ano de 2015, usando o deflator IPCA. (%)

Região	2007 para 2010		2010 para 2015		2007 para 2015	
	Gastos Gerais	Gastos com Pessoal	Gastos Gerais	Gastos com Pessoal	Gastos Gerais	Gastos com Pessoal
Norte	39,81	28,56	22,56	21,37	71,35	56,03
Nordeste	31,27	21,79	12,24	12,75	47,34	37,32
Sudeste	28,62	20,49	8,39	11,40	39,41	34,22
Sul	36,03	22,90	13,03	15,57	53,76	42,03
Centro-Oeste	33,67	27,20	3,22	18,45	37,98	50,67

Fonte: Elaborado pela autora com base no Orçamento do MEC.

6 MARCO LÓGICO DO REUNI

Políticas públicas são desenvolvidas como uma forma de resolver problemas econômicos e sociais. No caso do REUNI surgiu como forma de resolver a dificuldade de ampliação do acesso e permanência na educação superior pública. Tal transtorno é causado por falta de recursos financeiros destinados à educação superior pública, o que leva muitos alunos que concluíram o ensino médio a pararem de estudar por não terem recurso para custear uma graduação privada. Como consequência esses alunos acabam sendo profissionais menos qualificados no mercado de trabalho, o que afeta o crescimento regional, o crescimento econômico, além do PIB. Por esses motivos políticas públicas são importantes, pois são desenhadas para resolver ou amenizar um problema econômico.

Neste sentido o REUNI busca facilitar a acessibilidade e a qualidade do ensino superior, elevando gradualmente a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito. Melhorar acessibilidade e qualidade do ensino superior faz com que mais jovens e adultos consigam fazer uma graduação e com isso se espera que consigam oportunidades de trabalho compatíveis com a sua formação e também estejam mais preparados para o mercado profissional. Desta forma, são capazes de proporcionar maior qualidade de vida dado que ganham melhores salários, principalmente nas regiões interioranas.

Como toda política pública pode ter efeitos de curto, médio e longo prazo, optou-se por construir um desenho lógico do REUNI para que possa auxiliar em futuras avaliações. Assim, para construção desse desenho lógico foram consultados documentos que versam sobre como se instituiu o REUNI, as diretrizes gerais do programa e políticas públicas de incentivo à educação superior brasileiro: acesso, expansão e equidade. Além do censo superior e ministério da educação como se observa no Quadro 1.

Além desses documentos foram analisados também literatura empírica e teórica que versam sobre os efeitos da expansão universitária no curto e longo prazo. Vinhais (2013) analisou o impacto regional de curto prazo da expansão do REUNI, Barbosa (2014) analisou o impacto regional de curto e longo prazo da expansão do REUNI e Casqueiro (2017) analisou o impacto da expansão do REUNI sobre o desenvolvimento local dos municípios brasileiros, baseado em indicadores econômicos, sociais e de mercado de trabalho.

Quadro 1: Principais documentos consultados, por assunto do Programa, Projeto, Lei.

Documento	Assunto	Link
Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm
Diretrizes Gerais - REUNI	Este documento busca esclarecer e orientar as universidades federais que desejam participar do programa, uma vez que a sua implementação está fundamentada no princípio da adesão.	http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf
Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade	Pesquisa que aborda as políticas públicas de incentivo à educação superior no Brasil, analisa o grau de contribuição delas para o acesso, expansão e equidade do ensino superior no Brasil.	http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ic/article/viewFile/659/509
Censo do ensino superior	Dados sobre o ensino superior (graduação)	http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior
26000 Ministério da Educação	Dados sobre os gastos com as universidades federais.	https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/loa/2015/elaboracao/autografos-e-leis/volume-v-detalhamento-dos-creditos-orcamentarios-orgaos-do-poder-executivo-ministerio-da-educacao/26000-ministerio-da-educacao/view

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se pelo Quadro 2 que o marco lógico é dividido entre insumos, ações, produto, monitoramento, resultados e impactos, no curto, médio e longo prazo.

Os insumos do programa são o capital físico, o capital humano (docentes, técnicos administrativos) e o capital financeiro. As ações contemplam as construções de novas universidades, novos campus e contratação de pessoal. Os produtos dessas ações foram as universidades federais criadas entre o ano de 2007 e 2015, englobando os novos campi nas capitais e nos interiores, o aumento quantidade de vagas nas universidades, o aumento na quantidade de cursos, o aumento no número de programas de pós-graduação. As formas de monitoramento são o foco do trabalho, como, por exemplo, a razão discentes/docentes, IGC, docentes com doutorado, taxa de evasão e taxa de conclusão dos cursos de graduação.

Em relação aos indicadores de resultados, espera-se que se tenha um aumento na arrecadação de impostos, o número de concludentes, a quantidade de mestres, a quantidade de doutores e a publicação docente (pesquisa).

Desta forma se espera que a criação de uma universidade ou a construção de um campus tenha sobre a região um impacto de curto, médio e longo prazo. Esses impactos podem se dividir em dois efeitos: efeito-gasto e efeito-conhecimento. Ou seja, no curto prazo espera-se que o impacto da universidade na região seja devido ao efeito-gasto, que é o efeito de novas demandas na economia local, como despesas e investimento diretos da universidade,

como por exemplo, despesas com mão-de-obra, materiais e estrutura física; salários dos professores e funcionários universitários e respectivos impactos diretos sobre a demanda de bens e serviços; e os gastos dos estudantes (provenientes ou não da região).

Além disso, acredita-se que a taxa de sucesso dos cursos vai melhorar devido ao aumento nas oportunidades de acesso. Também se espera que a região receba mais pessoas, tanto como funcionários da universidade, quanto como estudante, ou seja, aumento de migração faz com que haja aumento da empregabilidade, dado que os estudantes e funcionários novos precisarão comprar materiais, comida e, em alguns casos, alugarem casas, refletindo no mercado imobiliário e, conseqüentemente, na arrecadação municipal.

No médio prazo, segundo Barbosa (2014) a produtividade total dos fatores aumenta, pois se espera que com uma graduação os trabalhadores estejam mais qualificados e caso continuem na região desenvolvam o trabalho de uma forma mais eficiente e produtiva, com isso espera-se que o PIB per capita aumente e a renda do trabalho também. Percebe-se que o efeito-conhecimento começa a impactar no médio prazo.

No longo prazo, espera-se que aconteça uma melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dado que os estudantes estão mais aptos. Espera-se que ganhem mais, conseqüentemente, tenham uma melhor moradia e alimentação, logo o IDH aumenta e, além disso, os estudantes que se tornaram professores do ensino básico estarão mais preparados para ensinar, elevando a qualidade do ensino, ou seja, aumentando o IDEB.

Quadro 2: O Marco Lógico do Programa Reuni

Insumos	Ações	Produtos	Monitoramento	Resultado	Impacto		
					Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Físico	Construção de novas universidades	Quantidade de novas universidades	Razão entre docentes e discentes	Arrecadação de imposto	Taxa de sucesso do curso	Produtividade total dos fatores	IDH
	Construção de novos campi	Quantidade de novo campus	IGC	Número de concludentes			
Humano (docentes, técnicos administrativos)	Contratação de pessoal	Quantidade de vagas de graduação	Docentes com Doutorado	Quantidade de mestres	Oferta de serviços	PIB per capita	IDEB
Financeiro		Quantidade de cursos	Taxa de evasão	Quantidade de doutores	Migração	Renda do trabalho	
		Quantidade de programa de Pós-Graduação	Taxa de conclusão dos cursos de graduação	Publicação docente (pesquisas)	Arrecadação Municipal		

Fonte: Elaborado pela autora

Como forma de auxiliar futuras pesquisas o Quadro 3 apresenta os indicadores de curto, médio e longo prazo, além das fontes, das periodicidades e dos links. Pode-se observar 10 indicadores, sendo eles: de empregabilidade, de oferta de serviços, de migração, de PIB per capita e de renda do trabalho, os quais se localizam no site do IBGE, além do indicador do IDEB que se encontra no site do INEP, o indicador de arrecadação municipal que se encontra no site do Ministério da Fazenda e o indicador do IDH no site do UNDP. Os dois últimos desta lista se fazem necessário calcular e estimar o modelo, sendo eles o indicador da Taxa de Sucesso do Curso e o indicador de Produtividade Total dos Fatores, respectivamente.

Quadro 3: Periodicidade dos indicadores

Indicador	Fonte	Periodicidade	Link
IDEB	INEP	A cada dois anos	http://ideb.inep.gov.br/
Taxa de Sucesso do Curso	Calcular		Calcular com base no número de alunos diplomados e ingressos.
Empregabilidade	IBGE	Mensal	https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/
Oferta de serviços	IBGE	Mensal	https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/servicos/pms/default.shtm
Migração	IBGE	Anual	https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40
Arrecadação Municipal	Ministério da Fazenda	Mensal	http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao
Produtividade Total dos Fatores	Estimar		Estimar o modelo.
PIB per capita	IBGE	Anual	https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=SCN55
Renda do trabalho	IBGE	Mensal	https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua_mensal/default.shtm
IDH	UNDP	Década	http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html

Fonte: Elaborado pela autora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, na perspectiva de alguns autores estudados, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que tem como metas o aumento na taxa de conclusão média para 90% nos cursos de graduação presenciais e relação de 18 alunos de graduação por professor em cursos presenciais, conseguiu aumentar número de vagas, de cursos e de campi, mas o mesmo não foi acompanhado com a melhora na qualidade, resultando em índices de ensino inferiores ao esperado. Desta forma a presente monografia se propôs a analisar como se comportou esse progresso no cenário nacional.

Como meio de se atingir os resultados esperados foram analisados sete indicadores. Os números mostram através do indicador de gastos que nos 3 primeiros anos do REUNI a taxa de crescimento dos gastos foi em torno de 35%, frente a uma diminuição percentual de 12% nos anos posteriores. A justificativa se deve ao fato de que nos primeiros anos se investiu mais na ampliação dos campi e na criação de novas universidades. Observa-se que nos anos seguintes a destinação de recursos se deteve ao mantimento da estrutura destas universidades.

Os outros seis indicadores foram classificados entre aqueles que mensuram o cumprimento das metas e os que mensuram a qualidade do ensino. Os indicadores analisados para medir as metas são: o TCG, evasão e a razão discente/docente. Ao analisar os dados, verifica-se que o TCG diminuiu em todas as regiões, assim como a evasão também aumentou em todas. A razão discente/docente diminuiu em duas regiões e se elevou em outras três, contudo em nenhuma delas se encontrou o patamar esperado de 18 alunos por professor. Portanto, pode-se inferir que as metas estabelecidas pelo REUNI não foram alcançadas, pois o primeiro índice tem o objetivo de avaliar se os alunos que estão ingressando nas universidades estão se formando, ou seja, a diminuição desse indicador revela que apesar de terem aumentado o número de vagas, muitos alunos não estão concluindo os cursos, e como o índice de evasão se encontra elevado, a razão discente/docente se encontra abaixo do esperado.

Em relação aos indicadores de qualidade, pode-se afirmar que o IGC se elevou em todas as regiões no período analisado (2007 – 2015), assim como os docentes com doutorado, além do número de patentes. Assim, verifica-se uma melhora em termos dos indicadores de qualidade do ensino superior, ou seja, apesar de muitos alunos não concluírem o curso, as graduações apresentaram uma eficiência na qualidade nesses últimos anos.

Pode-se concluir que apesar dos indicadores de qualidade terem melhorado as metas do programa não estão sendo alcançadas, logo se faz necessário uma revisão mais detalhada para apurar a viabilidade econômico-financeira do investimento neste programa, considerando os dados que foram apresentados e os percentuais encontrados mediante pesquisa e análise dos fatores responsáveis por fomentar a educação de nível superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. B., e SANTOS, L. M. M.. O REUNI na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 642-651, dec. 2014.
- BARBOSA, M. P. **Ensaio sobre educação, produtividade e crescimento econômico**. 2014. 93 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BARROS, A. D. S. X.. Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.
- BORGES, M. C.; e AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Revista Educação: Teoria e Prática**, n. 39, p. 117-138, out. 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em : 01 mar. 2017.
- BRASIL. Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do **Decreto Presidencial nº 6.096**, de 24 de abril de 2007..Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.
- BRASIL. Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BRITO, M. I. D. L. **Implementação do REUNI na UnB (2008 – 2011): limites na ampliação de vagas e redução da evasão**. 2013. xv, 251 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- CASQUEIRO, M. L. **A política de expansão das universidades federais e os seus efeitos sobre indicadores municipais**. 2017. 40 f. Dissertação (Mestre em Economia) – Curso de Mestrado em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- CASTRO, A. A.; NETO, A. C. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, [S.I.], v.21, n.21, p. 69-96, oct.2012. ISSN 1646-401X.
- CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. A.; e Silva, H. H. M. A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015.

DINIZ, C. C.; VIEIRA, D. J.. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, Curitiba, v. 36, n.129, p.99-115,jul./dez. 2015.

GOLDEMBERG, J.. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, aug. 1993.

LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. S. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, jun. 2016.

LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista brasileira de educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015.

OLIVEIRA, R. C.; NETO, R. M. S.. Expansão da escolaridade e redução da desigualdade regional de renda no Brasil entre 1995 e 2011: progressos recentes e desafios presentes. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, v. 46, n.1, p. 41- 66, abr. 2016.

PRESTES, E. M. T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, [S.I], v. 21, n. 21, p. 199-218, oct. 2012.

SILVA, C. O. **Programa Reuni: ampliação do acesso ao ensino superior?**. 2014. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SILVA, R. L.; FREITAS, F. C. H. P.; LINS, M. T. G. A implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI: um estudo de caso. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 4, p. 147-170, Edição Especial, 2013.

SILVA, V. J. O novo universitário no contexto da expansão e interiorização da universidade pública no Brasil. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Grupo de Trabalho: Educação Superior na Sociedade contemporânea. Curitiba, 2011.

SOUSA, A. P. R. D.; COIMBRA, L. J. P.; SOUSA, M. S. Reforma universitária e as consequências para a qualidade da educação superior pública: o caso da Universidade Federal do Maranhão. **V Jornada Internacional de Políticas**, São Luís, v.29, 2014.

SOUZA, C. D.; FILIPPO, D.; CASADO, E. S. Impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) na atividade investigativa: crescimento, qualidade e internacionalização. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 336-367, set/dez. 2015.

TACHIBANA, T. Y.; FILHO, N. M., KOMATSU, B. Ensino superior no Brasil. **Policy Paper**, nº14, dez. 2015.

TRAINA-CHACON, J.M; CALDERÓN, A. I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 6, n. 17, p. 78-100, 2015.

VINHAS, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. 246 f. Tese (Doutor em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WESKA, A. R. **O Programa Reuni na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

ZAGO, J. O. L. **A implementação do programa Expansão (2003) e do REUNI (2007) na UFTM**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

ZAMBELLO, A. V. Universidades Federais Brasileiras e o Impacto Regional do Reuni. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, p. 246-267, 2013.

**APÊNDICE 1 – QUADRO COM OS CÓDIGOS E NOMES DAS UNIVERSIDADES E
DATA DE ADESÃO AO REUNI**

Código	Universidade	Data de adesão
26352	Universidade Federal do ABC - UFABC	26/07/2005
26232	Universidade Federal da Bahia - UFBA	29/10/2007
26233	Universidade Federal do Ceará - UFC	29/10/2007
26234	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	29/10/2007
26235	Universidade Federal de Goiás - UFG	29/10/2007
26236	Universidade Federal Fluminense - UFF	29/10/2007
26237	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	29/10/2007
26238	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	29/10/2007
26239	Universidade Federal do Pará - UFPA	29/10/2007
26240	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	29/10/2007
26241	Universidade Federal do Paraná - UFPR	29/10/2007
26242	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	29/10/2007
26243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	29/10/2007
26244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	29/10/2007
26245	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	29/10/2007
26246	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	29/10/2007
26249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	29/10/2007
26250	Fundação Universidade Federal de Roraima - UFRR	29/10/2007
26251	Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT	29/10/2007
26252	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	29/10/2007
26253	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA	29/10/2007
26254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	29/10/2007
26262	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	29/10/2007
26263	Universidade Federal de Lavras - UFLA	29/10/2007
26264	Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFRSA	29/10/2007
26268	Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR	29/10/2007
26269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO	29/10/2007
26270	Fundação Universidade do Amazonas - UFAM	29/10/2007
26271	Fundação Universidade de Brasília - UnB	29/10/2007
26272	Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA	29/10/2007
26273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG	29/10/2007
26275	Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC	29/10/2007
26276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	29/10/2007
26278	Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPeI	29/10/2007
26279	Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI	29/10/2007
26280	Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar	29/10/2007
26281	Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS	29/10/2007
26282	Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV	29/10/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base no MEC.

**APÊNDICE 1 – QUADRO COM OS CÓDIGOS E NOMES DAS UNIVERSIDADES E
DATA DE ADESÃO AO REUNI (CONTINUAÇÃO)**

Código	Universidade	Data de adesão
26283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	29/10/2007
26284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	29/10/2007
26285	Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ	29/10/2007
26286	Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP	29/10/2007
26350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	29/10/2007
26230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	17/12/2007
26231	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	17/12/2007
26247	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	17/12/2007
26248	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	17/12/2007
26255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	17/12/2007
26258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	17/12/2007
26260	Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL	17/12/2007
26261	Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI	17/12/2007
26274	Universidade Federal de Uberlândia - UFU	17/12/2007
26277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	17/12/2007
26351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	17/12/2007
26266	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	11/01/2008
26440	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	15/09/2009
26441	Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA	05/11/2009
26267	Universidade Federal da Integração Latina Americana – UNILA	12/01/2010
26442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	10/07/2010
26450	Universidade Federal do Sul Da Bahia - UFESBA	01/08/2011
26447	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	05/06/2013
26448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	05/06/2013
26449	Universidade Federal do Cariri - UFCA	05/06/2013

Fonte: Elaborado pela autora com base no MEC.

**APÊNDICE 2 – TABELA COM A TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO POR UNIVERSIDADE, NOS ANOS DE 2001, 2006, 2007, 2010 E 2015.**

(%)

Universidade	2001	2006	2007	2010	2015
UNIVASF	0,0	0,0	0,0	203,1	41,4
UFAL	106,8	81,4	66,5	74,5	48,8
UFBA	72,0	66,0	75,0	72,2	40,9
UFC	66,5	66,1	71,0	65,8	60,1
UFES	88,5	82,7	76,2	114,2	48,6
UFG	81,6	82,0	78,7	83,9	49,4
UFF	92,0	68,7	74,5	65,1	40,8
UFJF	108,3	87,8	46,7	88,8	54,4
UFMG	100,7	92,5	94,7	93,8	64,8
UFPA	65,9	87,1	97,8	108,3	81,9
UFPB	51,3	41,8	63,2	63,7	39,0
UFPR	69,9	72,0	76,9	80,1	56,8
UFPE	71,1	63,6	52,2	81,6	48,6
UFRN	108,4	59,6	60,8	84,7	59,4
UFRGS	63,9	70,6	71,8	86,6	59,4
UFRJ	56,6	80,0	74,9	68,6	53,2
UFSC	77,2	74,8	74,1	85,1	50,7
UFSM	89,1	80,3	76,9	82,0	51,1
UFRPE	65,3	63,5	66,0	69,3	26,2
UFRRJ	62,6	58,9	64,8	61,0	39,6
UFRR	60,9	86,7	55,8	30,9	28,3
UFT	0,0	0,0	0,0	50,5	28,6
UFCG	0,0	0,0	65,1	60,5	49,1
UFRA	0,0	0,0	64,7	58,7	77,1
UFTM	114,0	100,0	95,7	180,0	44,9
UFVJM	0,0	0,0	0,0	97,6	28,8
UTFPR	0,0	0,0	0,0	40,2	34,9
UNIFAL	0,0	0,0	0,0	138,4	58,0
UNIFEI	0,0	0,0	72,0	75,0	37,1
UNIFESP	96,9	99,3	92,3	386,3	88,0
UFLA	105,3	81,7	98,7	82,9	53,3
UFERSA	0,0	0,0	0,0	80,0	50,3
UNIPAMPA	0,0	0,0	0,0	0,0	35,8
UNILA	0,0	0,0	0,0	0,0	41,0
UNIR	61,2	56,7	78,1	61,3	42,5
UNIRIO	68,1	55,2	53,2	77,1	27,4
UFAM	104,5	64,5	51,0	71,7	65,1
UnB	81,6	55,7	86,4	100,9	56,3
UFMA	69,0	73,1	66,7	55,7	51,4
FURG	70,0	73,2	74,3	64,4	41,1
UFU	91,7	97,6	115,5	94,5	78,3
UFAC	91,6	13,0	49,2	143,1	48,1
UFMT	95,5	66,6	89,1	65,6	45,2
UFOP	95,5	80,6	79,2	183,9	48,6
UFPeI	101,1	86,9	67,3	83,7	66,2
UFPI	60,5	69,8	55,3	72,7	65,7
UFSCar	90,6	88,3	96,6	96,0	42,7
UFS	91,7	65,2	69,6	82,8	29,7
UFV	71,2	80,6	76,7	97,4	59,9
UFMS	74,3	55,8	54,6	52,7	41,1
UFCSPA	110,2	102,3	143,2	132,6	67,7
UFSJ	69,1	90,5	87,2	87,7	63,0

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

**APÊNDICE 2 - TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR
UNIVERSIDADE, NOS ANOS DE 2001, 2006, 2007, 2010 E 2015. (%)**

(CONTINUAÇÃO)

Universidade	2001	2006	2007	2010	2015
UNIFAP	85,5	10,9	13,9	138,8	44,9
UFGD	0,0	0,0	0,0	65,9	49,2
UFRB	0,0	0,0	0,0	68,3	38,6
UFABC	0,0	0,0	0,0	0,0	65,3
UFFS	0,0	0,0	0,0	0,0	26,4
UFOPA	0,0	0,0	0,0	0,0	115,0
UNILAB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
UFOB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
UNIFESSPA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
UFCA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
UFESBA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

**APÊNDICE 3: TABELA DA EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE DOCENTE COM
DOUTORADO POR REGIÃO, 2006, 2007, 2010 E 2015.**

Ano	2006	2007	2010	2015
Norte	29	33	37	47
Nordeste	42	43	50	61
Sudeste	61	63	70	78
Sul	52	55	62	73
Centro-Oeste	48	50	60	66

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

**APÊNDICE 4: TABELA DETALHADA DO CÁLCULO COM CÁLCULO DA TAXA DE EVASÃO POR UNIVERSIDADES, 2006,
2007, 2010 E 2015. (%)**

Siglas	2005			2006			2007			2009			2010			2014		
	Conc.	Matr.	Ingr.															
UFGD	423	2901	617	486	2797	885	493	3029	856	462	4273	1238	415	4408	1652	694	6375	2093
UFCSPA	91	638	137	90	688	135	126	813	197	108	1055	344	183	1209	410	240	1735	751
UNIR	1990	9795	1182	1459	8995	1363	3238	8648	1641	844	7049	2274	729	7021	2457	1031	8856	2409
UNIPAMPA	0	0	0	0	0	0	0	2238	1180	159	4366	2451	496	5494	2597	822	9196	582
UFT	1350	8568	1865	1261	7603	1777	1275	7139	1973	1250	8772	2757	902	11109	4195	2073	16530	3050
UNIVASF	0	474	137	0	956	851	0	1498	807	117	3246	1153	264	3999	1463	495	5390	1564
UNILAB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	111	2201	999
UnB	3053	18679	3986	3254	18957	4089	3420	18494	4222	3545	21880	7293	3353	24065	8954	3734	31348	9535
UFBA	2590	19399	4542	2498	20137	4082	2884	20696	4227	2918	24776	6967	3217	26012	7805	3387	27789	6325
UFFS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1695	2196	324	6493	3534
UNILA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	202	206	92	1407	2426
UFPB	2097	15456	3379	2164	15421	3599	2170	16464	4445	2649	21608	7027	2189	24217	8057	3254	27847	7233
UFAL	1800	11001	2227	1811	11208	3217	1480	12000	3208	2760	16837	4184	1601	20237	4497	2026	25252	5599
UNIFAL	268	1320	320	285	1365	520	348	1779	750	281	3367	1493	443	4151	1519	847	5952	1743
UFCG	1036	8299	2066	1035	8284	2230	1218	9221	2466	1266	10632	3713	1223	13249	5124	2258	15884	5216
UFG	2441	12912	2942	2490	13180	3601	2390	14012	3614	2069	16234	5582	2395	17900	5791	2888	22299	6811
UNIFEI	308	2129	400	314	2116	420	288	2087	420	320	2425	608	300	3393	1189	393	5525	3161
UFJF	3535	12062	2067	1792	10346	2079	1812	10669	2093	1742	11918	2479	1744	12560	2941	1966	17113	1607
UFLA	344	2530	620	376	2706	618	459	2859	863	660	4045	1286	514	4785	1638	671	7948	4338
UFMT	1936	13731	3855	1893	14009	3014	2126	12827	3496	1528	14374	4519	1676	16962	6095	2321	18802	5903
UFMS	2184	12681	3063	2125	12617	3013	2117	12326	3132	1631	12177	3680	1506	13473	4223	1883	15204	5711
UFMG	3949	21455	4668	4037	21995	4858	4187	22336	4674	4190	26062	7167	4155	27850	8093	4238	32103	2576
UFOP	822	4821	1064	810	4986	1075	847	4977	1148	879	7198	2482	889	8488	2971	1400	10978	7506

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

APÊNDICE 4: TABELA DETALHADA DO CÁLCULO DA TAXA DE EVASÃO POR UNIVERSIDADES, 2006, 2007, 2010 E 2015.

(%) (CONTINUAÇÃO)

Siglas	2005			2006			2007			2009			2010			2014		
	Conc.	Matr.	Ingr.															
UFPeI	1273	7324	1535	1337	7115	1665	1049	7976	1843	988	10469	3140	1298	13276	4818	1637	14941	4909
UFPE	2787	21095	4398	2725	21339	5126	2307	22121	5191	2921	25926	6245	3612	27555	6970	3415	30837	7556
UFRR	349	2811	696	477	2883	998	307	3058	1094	313	4614	1318	215	5683	1415	466	5988	1644
UFSC	2698	17733	4040	2842	17816	4101	2848	17901	4021	2721	20150	5378	2889	21310	6192	3086	26454	7602
UFSM	1959	10840	2477	1865	10641	3481	1791	11370	2832	1687	13590	4713	2035	15347	4923	2591	17982	4666
UFSCar	1068	5717	1134	962	5977	1336	1053	6227	1434	968	8246	2866	1085	8851	2846	1434	11332	2997
UFSJ	427	3445	737	507	3621	790	584	3785	784	625	5689	2584	658	6737	2543	1526	11197	3167
UNIFESP	259	1322	300	271	1509	470	252	2322	1124	260	4679	1642	1159	5106	1400	1388	9589	2648
UFS	1355	11435	2019	1290	11860	2927	2129	13777	4107	1399	16604	4883	1664	20144	6829	1847	24667	6088
UFU	2040	11918	2301	2147	12483	2296	2538	13332	2913	1985	14780	3935	2151	17072	4191	2271	20631	3256
UFV	1378	8443	1790	1402	8549	1834	1403	8947	2068	1456	10549	3030	1533	11586	4104	1903	13537	5035
UFABC	0	0	0	0	0	503	0	1012	848	0	2813	1830	0	4200	1697	949	9580	3962
UFAC	632	6981	1090	569	4764	5343	488	9159	1215	740	9827	1989	1546	12313	2061	1298	9619	2561
UNIFAP	900	6856	658	333	7220	737	320	7610	863	526	4488	928	995	6013	1282	943	7028	2013
UFAM	2128	16444	3021	2047	17114	4263	1909	15286	4352	1774	21359	5058	2173	21282	5487	2410	29357	5978
UFCA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	212	2128	706
UFC	2238	20070	3812	2369	20841	4149	2546	22286	3980	2360	21136	4911	2503	22690	6185	3004	23253	7374
UFES	2040	12677	2768	2220	13284	3098	2062	13723	3142	1745	18153	5023	3201	20181	4386	2394	22345	5229
UNIRIO	886	4958	1419	775	5138	1411	756	5247	1471	828	6254	2003	785	6985	2507	1047	8009	2237
UFMA	1479	11220	2243	1515	10889	2191	1625	11501	2941	2703	16228	3892	1263	17034	4714	1911	26467	6018
UFOB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	104	1534	415

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

APÊNDICE 4: TABELA DETALHADA DO CÁLCULO DA TAXA DE EVASÃO POR UNIVERSIDADES, 2006, 2007, 2010 E 2015.

(%) (CONTINUAÇÃO)

Siglas	2005			2006			2007			2009			2010			2014		
	Conc.	Matr.	Ingr.															
UFOPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	1052	254	282	6591	1283
UFPA	4288	33225	5022	3804	33524	4979	4557	32092	4653	7106	28580	5943	5459	33049	6773	4676	35567	9491
UFPR	3230	19865	4162	2934	21415	4156	3177	21415	4243	3027	22335	6920	3282	22866	6098	3311	26666	6290
UFPI	1680	13256	2444	1623	12864	2836	1523	14633	4716	1544	24158	5532	1633	20013	9167	3146	22488	6323
UFRB	62	622	173	57	733	0	96	1363	530	98	3550	1748	123	5130	2411	943	8861	2677
UFRJ	3927	28557	6271	4893	29698	6447	4647	28328	6495	4909	34709	9216	4324	36029	10257	5168	39887	11851
FURG	799	6192	1261	876	6271	1300	889	6379	1377	793	6979	2190	794	7828	2581	950	8513	2570
UFRN	2662	18950	3736	2648	18380	4082	2764	19045	4044	3135	23221	6256	2776	22253	6981	3658	25166	7606
UFRGS	2731	21001	4155	2883	21173	4248	2939	21526	4251	3006	25143	4892	3051	23327	5024	2892	26980	7078
UFESBA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	765	787
UNIFESSPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	344	3671	949
UFTM	131	727	140	141	729	229	134	896	320	153	2003	992	252	2967	1333	498	5008	1192
UFVJM	110	1393	399	246	1612	686	311	2154	980	312	4204	1719	400	4848	1978	880	7542	2582
UFF	2816	19105	4574	2835	20711	4529	3187	20879	4726	3028	27217	6426	3018	26029	7970	3938	33499	9119
UFRA	265	1802	450	277	1847	450	233	1785	442	256	2138	680	264	2375	653	324	4355	1615
UFRPE	1900	6100	1512	841	6265	1897	930	6966	2230	880	9673	3182	1068	10454	3414	1107	10550	3999
UFRRJ	936	6720	1638	969	6885	2007	1043	7091	1841	970	8452	2848	982	9829	3876	1131	13153	3837
UFERSA	120	1018	310	107	1153	460	135	1438	610	304	3439	1588	248	4185	3254	758	7548	3081
UTFPR	1341	11136	3148	1218	12250	3421	1264	11794	3741	1450	13044	4964	1454	15813	7106	1872	23147	7851

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

APÊNDICE 4: TABELA DETALHADA DO CÁLCULO DA TAXA DE EVASÃO POR UNIVERSIDADES, 2006, 2007, 2010 E 2015.

(%) (CONTINUAÇÃO)

Siglas	2015			Matriculas-Ingressos				Matriculas-Concluintes				Evasão			
	Conc.	Matr.	Ingr.	2006	2007	2010	2015	2005	2006	2009	2014	2006	2007	2010	2015
UFGD	715	6518	2071	1912	2173	2756	4447	2478	2311	3811	5681	22,84	5,97	27,68	21,72
UFCSPA	249	1970	646	553	616	799	1324	547	598	947	1495	-1,10	-3,01	15,63	11,44
UNIR	1429	9015	2524	7632	7007	4564	6491	7805	7536	6205	7825	2,22	7,02	26,45	17,05
UNIPAMPA	883	9204	3492	0	1058	2897	5712	0	0	4207	8374	0	0	31,14	31,79
UFT	921	16538	2772	5826	5166	6914	13766	7218	6342	7522	14457	19,29	18,54	8,08	4,78
UNIVASF	571	5773	1655	105	691	2536	4118	474	956	3129	4895	77,85	27,72	18,95	15,87
UNILAB	149	3171	1287	0	0	0	1884	0	0	0	2090	0	0	0	9,86
UnB	4270	33971	9841	14868	14272	15111	24130	15626	15703	18335	27614	4,85	9,11	17,58	12,62
UFBA	3435	32426	7803	16055	16469	18207	24623	16809	17639	21858	24402	4,49	6,63	16,70	-0,91
UFFS	570	7353	2592	0	0	-501	4761	0	0	0	6169	0	0	0	22,82
UNILA	123	2247	1295	0	0	-4	952	0	0	0	1315	0	0	0	27,60
UFPB	3255	28300	7164	11822	12019	16160	21136	13359	13257	18959	24593	11,51	9,34	14,76	14,06
UFAL	2760	23037	5710	7991	8792	15740	17327	9201	9397	14077	23226	13,15	6,44	-11,81	25,40
UNIFAL	904	6372	1865	845	1029	2632	4507	1052	1080	3086	5105	19,68	4,72	14,71	11,71
UFCG	2251	15807	5059	6054	6755	8125	10748	7263	7249	9366	13626	16,65	6,81	13,25	21,12
UFG	3075	22250	7377	9579	10398	12109	14873	10471	10690	14165	19411	8,52	2,73	14,51	23,38
UNIFEI	471	6394	1659	1696	1667	2204	4735	1821	1802	2105	5132	6,86	7,49	-4,70	7,74
UFJF	1734	17693	4193	8267	8576	9619	13500	8527	8554	10176	15147	3,05	-0,26	5,47	10,87
UFLA	828	8410	2804	2088	1996	3147	5606	2186	2330	3385	7277	4,48	14,33	7,03	22,96
UFMT	2385	18921	5752	10995	9331	10867	13169	11795	12116	12846	16481	6,78	22,99	15,41	20,10
UFMS	1743	15362	5587	9604	9194	9250	9775	10497	10492	10546	13321	8,51	12,37	12,29	26,62
UFMG	4587	31854	7425	17137	17662	19757	24429	17506	17958	21872	27865	2,11	1,65	9,67	12,33

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

APÊNDICE 4: TABELA DETALHADA DO CÁLCULO DA TAXA DE EVASÃO POR UNIVERSIDADES, 2006, 2007, 2010 E 2015.

(%) (CONTINUAÇÃO)

Siglas	2015			Matriculas-Ingressos				Matriculas-Concluintes				Evasão			
	Conc.	Matr.	Ingr.	2006	2007	2010	2015	2005	2006	2009	2014	2006	2007	2010	2015
UFOP	1538	11037	3087	3911	3829	5517	7950	3999	4176	6319	9578	2,20	8,31	12,69	17,00
UFPeI	1756	15672	4778	5450	6133	8458	10894	6051	5778	9481	13304	9,93	-6,14	10,79	18,11
UFPE	3553	31786	7075	16213	16930	20585	24711	18308	18614	23005	27422	11,44	9,05	10,52	9,89
UFRR	496	5635	1624	1885	1964	4268	4011	2462	2406	4301	5522	23,44	18,37	0,77	27,36
UFSC	2791	27156	7706	13715	13880	15118	19450	15035	14974	17429	23368	8,78	7,31	13,26	16,77
UFSM	2580	18959	5677	7160	8538	10424	13282	8881	8776	11903	15391	19,38	2,71	12,43	13,70
UFSCar	1437	11807	3103	4641	4793	6005	8704	4649	5015	7278	9898	0,17	4,43	17,49	12,06
UFSJ	1249	11592	2941	2831	3001	4194	8651	3018	3114	5064	9671	6,20	3,63	17,18	10,55
UNIFESP	1156	10154	2880	1039	1198	3706	7274	1063	1238	4419	8201	2,26	3,23	16,13	11,30
UFS	1847	24242	6051	8933	9670	13315	18191	10080	10570	15205	22820	11,38	8,51	12,43	20,28
UFU	3416	21970	5377	10187	10419	12881	16593	9878	10336	12795	18360	-3,13	-0,80	-0,67	9,62
UFV	1904	13396	3989	6715	6879	7482	9407	7065	7147	9093	11634	4,95	3,75	17,72	19,14
UFABC	1110	11413	3702	-503	164	2503	7711	0	0	2813	8631	0	0	11,02	10,66
UFAC	986	9032	2337	-579	7944	10252	6695	6349	4195	9087	8321	109,12	-89,37	-12,82	19,54
UNIFAP	559	8596	2331	6483	6747	4731	6265	5956	6887	3962	6085	-8,85	2,03	-19,41	-2,96
UFAM	3185	32669	6491	12851	10934	15795	26178	14316	15067	19585	26947	10,23	27,43	19,35	2,85
UFCA	227	2282	848	0	0	0	1434	0	0	0	1916	0	0	0	25,16
UFC	2874	23828	7277	16692	18306	16505	16551	17832	18472	18776	20249	6,39	0,90	12,10	18,26
UFES	2374	20620	4618	10186	10581	15795	16002	10637	11064	16408	19951	4,24	4,37	3,74	19,79
UNIRIO	919	8194	2363	3727	3776	4478	5831	4072	4363	5426	6962	8,47	13,45	17,47	16,25

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

APÊNDICE 4: TABELA DETALHADA DO CÁLCULO DA TAXA DE EVASÃO POR UNIVERSIDADES, 2006, 2007, 2010 E 2015.

(%) (CONCLUSÃO)

Siglas	2015			Matriculas-Ingessos				Matriculas-Concluintes				Evasão			
	Conc.	Matr.	Ingr.	2006	2007	2010	2015	2005	2006	2009	2014	2006	2007	2010	2015
UFMA	2185	29609	7250	8698	8560	12320	22359	9741	9374	13525	24556	10,71	8,68	8,91	8,95
UFOB	108	2052	682	0	0	0	1370	0	0	0	1430	0	0	0	4,20
UFOPA	368	5219	1224	0	0	798	3995	0	0	0	6309	0	0	0	36,68
UFPA	4885	32891	6743	28545	27439	26276	26148	28937	29720	21474	30891	1,35	7,67	-22,36	15,35
UFPR	3539	28203	8019	17259	17172	16768	20184	16635	18481	19308	23355	-3,75	7,08	13,16	13,58
UFPI	3415	22558	5572	10028	9917	10846	16986	11576	11241	22614	19342	13,37	11,78	52,04	12,18
UFRB	885	9473	2614	733	833	2719	6859	560	676	3452	7918	-30,89	-23,22	21,23	13,37
UFRJ	5114	39610	10107	23251	21833	25772	29503	24630	24805	29800	34719	5,60	11,98	13,52	15,02
FURG	902	8715	2704	4971	5002	5247	6011	5393	5395	6186	7563	7,82	7,28	15,18	20,52
UFRN	4012	26111	7520	14298	15001	15272	18591	16288	15732	20086	21508	12,22	4,65	23,97	13,56
UFRGS	2965	27335	7128	16925	17275	18303	20207	18270	18290	22137	24088	7,36	5,55	17,32	16,11
UFESBA	0	1392	932	0	0	0	460	0	0	0	765	0	0	0	39,87
UNIFESSPA	280	2742	1092	0	0	0	1650	0	0	0	3327	0	0	0	50,41
UFTM	595	5427	1620	500	576	1634	3807	596	588	1850	4510	16,11	2,04	11,68	15,59
UFVJM	499	7895	2785	926	1174	2870	5110	1283	1366	3892	6662	27,83	14,06	26,26	23,30
UFF	3686	39771	10282	16182	16153	18059	29489	16289	17876	24189	29561	0,66	9,64	25,34	0,24
UFRA	501	5283	1709	1397	1343	1722	3574	1537	1570	1882	4031	9,11	14,46	8,50	11,34
UFRPE	1128	10746	3632	4368	4736	7040	7114	4200	5424	8793	9443	-4,00	12,68	19,94	24,66
UFRRJ	1426	13903	3742	4878	5250	5953	10161	5784	5916	7482	12022	15,66	11,26	20,44	15,48
UFERSA	868	8697	3202	693	828	931	5495	898	1046	3135	6790	22,83	20,84	70,30	19,07
UTFPR	2041	25785	8445	8829	8053	8707	17340	9795	11032	11594	21275	9,86	27,00	24,90	18,50

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Censo do Ensino Superior (Inep/MEC).

**ANEXO I: QUADRO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DO TIPO PATENTE DE
INVENÇÃO (PI) POR UNIVERSIDADE 1º. DEPOSITANTE**

Universidade	Depósitos de Patentes do Tipo Patente de Invenção (PI) por Universidade 1o. Depositante																
	Ano																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
UNIVASF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4	6	0
UFAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	6	3	5	2	5	17	10
UFBA	0	1	0	0	0	0	0	1	4	6	16	14	22	21	20	19	31
UFC	0	0	0	0	0	1	0	2	0	12	7	11	6	20	30	25	58
UFES	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	6	2	5	13	5	12
UFG	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	1	11	14	13	18	12	18
UFF	0	0	1	1	2	2	0	1	0	1	6	4	9	12	6	7	8
UFJF	0	0	0	1	1	1	1	0	5	17	4	14	7	12	6	8	7
UFMG	6	14	21	13	18	18	30	36	38	39	59	69	64	60	40	56	70
UFPA	0	1	2	3	2	3	4	2	7	2	5	14	7	8	9	19	16
UFPB	0	0	0	0	0	0	0	1	2	7	4	13	9	14	11	18	32
UFPR	1	0	1	2	7	10	12	16	17	16	21	37	68	42	57	50	53
UFPE	0	0	9	11	1	12	7	1	5	8	5	9	7	8	21	27	32
UFRN	0	1	0	0	0	0	1	0	2	9	2	7	15	13	26	28	22
UFRGS	5	2	11	6	10	3	4	8	9	22	23	30	30	32	24	32	26
UFRJ	2	4	23	19	24	21	14	19	29	19	27	18	16	14	18	14	15
UFSC	0	0	1	0	7	5	11	7	12	5	7	5	9	15	10	18	9
UFSM	0	1	1	0	0	1	2	2	1	5	4	13	11	8	11	23	11
UFRPE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	4	4	7	3	8	14
UFRRJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	6
UFT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	1	5
UFCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3	11
UFRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
UFTM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
UFVJM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3	2	0	6
UNIFAL	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	1	0	1	0	1	2	0
UNIFEI	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	3	2	3	5	1	8	18
UNIFESP	0	0	2	2	5	6	4	2	3	0	4	5	0	1	0	3	2
UFLA	0	0	0	0	0	1	2	7	4	12	12	9	8	8	5	5	6
UFERSA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
UNIPAMPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
UFAM	0	0	0	0	1	0	0	3	2	1	3	9	6	1	3	2	1
UNB	2	1	0	7	4	3	4	4	7	4	6	9	21	13	13	10	10
UFMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4	10	5	7	5	13	15
FURG	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4	4	5	4	3	4
UFU	0	0	0	0	1	1	4	8	8	5	7	3	12	9	15	10	19

Fonte: INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos, BADEPI v4.0.

**ANEXO I: QUADRO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DO TIPO PATENTE DE INVENÇÃO (PI) POR UNIVERSIDADE 1º.
DEPOSITANTE (CONTINUAÇÃO)**

Depósitos de Patentes do Tipo Patente de Invenção (PI) por Universidade 1o. Depositante																	
Universidade	Ano																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
UFMT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	3
UFOP	0	1	1	3	5	1	3	3	3	4	2	3	14	11	8	5	8
UFPEL	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	8	17	24	24	16	45
UFPI	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	16	13	8	11	7	14
UFSCAR	0	0	1	6	4	3	4	9	6	0	8	2	4	10	8	5	15
UFS	0	0	1	0	0	2	0	2	1	2	3	19	11	25	20	15	17
UFV	1	6	1	6	8	7	7	9	6	4	9	9	12	25	9	5	16
UFMS	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	3	2	4	2	6	10	7
UFCSPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
UFSJ	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2	1	7	3	6	12
UNIFAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFGD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	3	3	3	4
UFRB	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	8	3	5	6
UFABC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	4	8
UFOPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
UNIFESSPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total	17	32	76	81	101	102	115	151	185	214	270	400	445	487	487	542	705

Fonte: INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos, BADEPI v4.0.

**ANEXO II: QUADRO DE DEPÓSITOS DE PATENTES DO TIPO MODELO DE
UTILIDADE (MU) POR UNIVERSIDADE 1º. DEPOSITANTE**

Universidade	Depósitos de Patentes do Tipo Modelo de Utilidade (MU) por Universidade 1o. Depositante																
	Ano																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
UNIVASF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFBA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
UFG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
UFF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
UFJF	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	0	2	0	0	2
UFMG	1	2	3	6	3	0	1	3	1	4	0	1	4	2	5	1	0
UFPA	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0
UFPB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
UFPR	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
UFPE	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	4	1
UFRN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1	0	0	0
UFRGS	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	5	2	5	5	0
UFRJ	0	0	0	2	3	0	1	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1
UFSC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
UFSM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
UFRPE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
UFT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
UFCG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFTM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
UNIFEI	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	3	0	2	0	0	0
UNIFESP	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFLA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	2	1
UFAM	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
UNB	0	0	1	0	1	0	2	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0
FURG	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
UFU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
UFMT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
UFOP	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UFPI	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0
UFSCAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1
UFS	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
UFV	0	1	0	2	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
UFMS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
UFSJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
UFGD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
UFABC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Total	1	4	5	12	10	5	6	9	5	12	11	19	16	14	16	20	19

Fonte: INPI, Assessoria de Assuntos Econômicos, BADEPI v2.0, dados extraídos em dezembro/2013.

**ANEXO III: QUADRO DO ÍNDICE IGC, CONTINUO E FAIXA, POR
UNIVERSIDADE, NOS ANOS DE 2007, 2010 E 2015.**

Sigla da IES	2007		2010		2015	
	IGC - Contínuo	IGC - Faixas	IGC - Contínuo	IGC - Faixas	IGC - Contínuo	IGC - Faixas
UFGD	3,23	4	3,49	4	3,27	4
UFCSPA	4,25	5	3,92	4	3,80	4
UNIR	2,84	3	2,77	3	2,69	3
UNIPAMPA	0,00	0	3,66	4	3,29	4
UFT	2,41	3	2,59	3	2,81	3
UNIVASF	0,00	0	2,90	3	3,28	4
UNILAB	0,00	0	0,00	0	3,43	4
UnB	3,78	4	3,91	4	3,98	5
UFBA	3,30	4	3,33	4	3,56	4
UFFS	0,00	0	0,00	0	3,46	4
UNILA	0,00	0	0,00	0	2,80	3
UFPB	3,05	4	3,28	4	3,42	4
UFAL	2,46	3	2,72	3	2,83	3
UNIFAL	3,67	4	3,81	4	3,43	4
UFCG	3,11	4	3,09	4	3,23	4
UFG	3,33	4	3,55	4	3,46	4
UNIFEI	3,81	4	3,98	5	3,62	4
UFJF	3,53	4	3,59	4	3,72	4
UFLA	3,70	4	4,31	5	4,04	5
UFMT	2,90	3	3,03	4	3,06	4
UFMS	3,16	4	3,14	4	3,05	4
UFMG	4,14	5	4,25	5	4,21	5
UFOP	3,58	4	3,47	4	3,43	4
UFPEl	3,16	4	3,50	4	3,38	4
UFPE	3,53	4	3,69	4	3,76	4
UFRR	2,58	3	2,66	3	2,74	3
UFSC	3,73	4	3,94	4	4,09	5
UFSM	3,61	4	3,71	4	3,79	4
UFSCar	3,90	4	4,16	5	3,98	5
UFSJ	3,39	4	3,45	4	3,16	4
UNIFESP	4,39	5	4,29	5	4,14	5
UFS	2,90	3	2,74	3	3,06	4
UFU	3,43	4	3,75	4	3,65	4
UFV	4,17	5	4,14	5	4,05	5

Fonte: IGC (MEC)

**ANEXO III: QUADRO DO ÍNDICE IGC, CONTINUO E FAIXA, POR
UNIVERSIDADE, NOS ANOS DE 2007, 2010 E 2015.(CONTINUAÇÃO)**

Sigla da IES	2007		2010		2015	
	IGC - Contínuo	IGC - Faixas	IGC - Contínuo	IGC - Faixas	IGC - Contínuo	IGC - Faixas
UFABC	0,00	0	0,00	0	4,11	5
UFAC	2,60	3	2,64	3	2,65	3
UNIFAP	2,12	3	2,06	3	2,38	3
UFAM	2,80	3	2,68	3	2,82	3
UFCA	0,00	0	0,00	0	2,55	3
UFC	3,27	4	3,40	4	3,75	4
UFES	2,90	3	3,24	4	3,32	4
UNIRIO	3,36	4	3,34	4	3,46	4
UFMA	2,65	3	2,80	3	2,82	3
UFOB	0,00	0	0,00	0	3,06	4
UFOPA	0,00	0	0,00	0	2,48	3
UFPA	2,52	3	2,76	3	3,09	4
UFPR	3,17	4	3,71	4	3,75	4
UFPI	2,88	3	2,83	3	2,81	3
UFRB	1,76	2	3,22	4	3,02	4
UFRJ	3,92	4	4,01	5	4,12	5
FURG	3,33	4	3,25	4	3,29	4
UFRN	3,38	4	3,49	4	3,60	4
UFRGS	4,10	5	4,30	5	4,29	5
UNIFESSPA	0,00	0	0,00	0	2,18	3
UFTM	4,02	5	3,99	5	3,58	4
UFVJM	3,34	4	3,55	4	3,35	4
UFF	3,06	4	3,50	4	3,35	4
UFRA	2,64	3	2,75	3	2,34	3
UFRPE	2,72	3	3,34	4	3,32	4
UFRRJ	3,19	4	3,44	4	3,45	4
UFERSA	2,61	3	3,50	4	3,48	4
UTFPR	2,99	4	3,15	4	3,44	4

Fonte: IGC (MEC)

**ANEXO IV: QUADRO COM O NÚMERO DE CONCLUINTES E MATRICULADOS
POR MACRORREGIÃO, 2006, 2007, 2010 E 2015.**

Ano	2006		2007		2010		2015	
	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas	Concluintes	Matrículas
Norte	10227	83950	12327	84777	12302	99897	13610	127620
Nordeste	20683	160330	21807	173009	23384	237172	33523	301290
Sudeste	24982	153710	25911	158650	27593	221647	34947	297512
Sul	14045	97369	14083	101412	15482	128367	18399	172599
Centro-Oeste	10248	61560	10546	60688	9345	76808	12188	97022

Fonte: Dados do censo do ensino superior.

**ANEXO V: TABELA COM PREVISÃO DE ACRÉSCIMO ORÇAMENTÁRIO
DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2012.**

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto n° 6.096/2007					
(valores em milhares de reais)					
Ano	2008	2009	2010	2011	2012
INVESTIMENTO	305.843	567.671	593.231	603.232	
CUSTEIO/PESSOAL	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.907.205
TOTAL	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Fonte: Diretrizes Gerais – REUNI (MEC)